



Ministério da Educação

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre

Rosana Cavalcante dos Santos
Reitora

José Claudemir Alencar do Nascimento
Pró-Reitor de Administração

Franklyn Oliveira Firmo
Diretor de Contabilidade e Finanças

Greiciane Coelho Camargo
Coordenadora de Contabilidade

Andreza Araújo do Nascimento Melo
Coordenação de Contabilidade

Instituto Federal do Acre

Rua Coronel José Galdino, 495
Bosque – Rio Branco/AC
CEP: 66077-830

www.ifac.edu.br

Contato: proad.dircf@ifac.edu.br

Elaborado por:

Andreza Araújo do Nascimento Melo (Contadora)
Greiciane Coelho Camargo (Contadora)

Sumário

Apresentação	7
1. Base De Preparação Das Demonstrações e Práticas Contábeis	7
1.1 - Consolidação das demonstrações contábeis	7
1.2 - Conta Única do Governo Federal.....	8
1.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores.....	8
1.4 - Recursos orçamentários x recursos financeiros	9
1.5 - Restos a Pagar	9
1.6 - Demonstrativos Contábeis	10
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	11
3. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP – 1º Trimestre de 2023.....	16
3.1 - Ativo Circulante E Não Circulante	16
3.2 - Caixa e Equivalente De Caixa.....	16
3.3 - Estoques.....	17
3.4 - Imobilizado.....	18
3.4.1 - Bens Móveis	19
3.4.2 - Bens Imóveis	20
3.4.2.1 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão	21
3.5 - Intangível	21
3.6 - Passivo Circulante, Não Circulante e Patrimônio Líquido.....	22
3.6.1 - Fornecedores e Contas a Pagar	22
3.6.2 - Obrigações Contratuais	23
3.7 - Resultados Acumulados E Patrimônio Líquido.....	24
4. Notas Explicativas à Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP – 1º Trimestre de 2023	25
4.1 - Resultado Patrimonial	25
4.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas	26
4.3 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas	27
5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO – 1º Trimestre de 2023.....	28
5.1 - Receitas.....	28
5.2 – Despesas.....	29
5.3 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar.....	30
6. Notas Explicativas Ao Balanço Financeiro – BF – 1º Trimestre de 2023.....	32
6.1 - Ingressos financeiros	32
6.2 - Dispêndios.....	32
6.3 Resultado Financeiro	33
7. Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC – 1º Trimestre de 2023.....	34
7.1 - Atividades Operacionais	34
7.1.1 - Ingressos.....	35
7.1.2 - Desembolsos.....	36
7.2 - Atividades de Investimento	37

8. Conclusão	38
9. Anexos	39
9.1 – Balanço Patrimonial – 2023	39
9.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – 2023.....	41
9.3 – Balanço Orçamentário – 2023.....	44
.....	45
9.4 – Balanço Financeiro – 2023	47
.....	47
9.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2023.....	48



Apresentação

A instalação de uma instituição pública federal de educação profissional e tecnológica no Acre foi um sonho almejado por um século. A Rede Federal nasceu em 1906 com as Escolas de Aprendizes e Artífices, porém apenas em maio de 2006 é que entrou em tramitação na Câmara Federal um Projeto de Lei de autoria do Executivo para criar no Estado uma Escola Técnica Federal no Estado. E no dia 13 de novembro de 2007, pela Portaria 1.065, o Ministério da Educação designou ao então Centro Federal de Educação do Amazonas – CEFET-AM a missão de implantar a Escola Técnica Federal do Acre.

No dia 28 de março de 2008, no auditório do Sebrae, em Rio Branco, Capital do Acre, aconteceu a primeira audiência pública que indicou a criação de uma Escola Federal na Capital e duas Unidades Avançadas, uma em Sena Madureira e outra em Cruzeiro do Sul. A doação dos terrenos para a instalação das três escolas foi efetivada naquele mesmo ano, bem como o CEFET-AM licitou as obras.

Porém, no dia 29 de dezembro de 2008 foi publicada a Lei 11.892 e a Escola Técnica que ainda estava no papel se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC. E, somente um ano depois, no dia 17 de dezembro de 2009, é que foi nomeado o primeiro Reitor Pro tempore do IFAC.

Um grupo de servidores da Rede Federal oriundos de vários Estados do País com auxílio de colaboradores indicados pelo Governo do Estado do Acre iniciaram em 2010 as atividades práticas do Instituto se estabelecendo provisoriamente a Reitoria em duas salas no Anexo da Biblioteca na Universidade Federal do Acre – UFAC e promovendo os primeiros processos seletivos de alunos e concursos públicos para professores e técnicos.

A posse coletiva dos primeiros servidores aconteceu no Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco, no dia 21 de junho de 2010, passando a ser simbolicamente a data a ser comemorada como o aniversário do IFAC.

O Instituto Federal do Acre – IFAC iniciou suas atividades com quatro campi (Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Xapuri) no final de julho de 2010 ofertando apenas cursos técnicos nas modalidades presenciais subsequente (ou pós-médio) e PROEJA (educação de jovens e adultos integrado ao médio) e superiores em licenciatura e tecnológicos. A primeira oferta não passou de aproximadamente 400 alunos distribuídos em nove turmas.

Hoje o IFAC possui mais de seis mil alunos em cursos técnicos nas modalidades Integrado ao Médio, Integrado Proeja e Subsequente (presencial e a distância), mais de 1.500 alunos em cursos superiores de licenciatura, tecnológico e bacharelado, 120 de pós-graduação

(especialização) e até 2015 certificou cerca de 15 mil pessoas em cursos de formação inicial e continuada de programas nacionais como o Mulheres Mil e o Pronatec.

De quatro campi iniciais, hoje o IFAC possui 6 unidades presenciais distribuídos em todas as regionais do Estado, 15 polos com a oferta de cursos à distância. Através de programas especiais, o Instituto alcançou os 22 municípios do Acre com Unidades Remotas onde são ofertados cursos de formação inicial e continuada, além de comunidades distantes dos centros urbanos como reservas extrativistas e aldeias.

As atividades de Execução, são efetuadas de forma centralizada na UG executora da Reitoria, porém, em 2019, foram criadas cinco UGs executoras dos Campi já em funcionamento, para que fosse possível a descentralização administrativa, prevista para o exercício de 2020, no entanto, foi publicada a **Portaria nº. 13.623, de 10 de dezembro de 2019**, que objetiva o redimensionamento de UASG, conforme prazos estabelecidos, sendo necessário a continuação dos trabalhos centralizados pela reitoria (órgão 26425). Por Unidade Gestora entende-se: unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

Segue abaixo, os dados dos *Campi*:

CNPJ	CAMPUS	UGE
10.918.674/0001-23	Reitoria *	158156
10.918.674/0003-95	Campus Rio Branco	156437
10.918.674/0005-57	Campus Cruzeiro do Sul	156438
10.918.674/0004-76	Campus Sena Madureira	156439
10.918.674/0006-38	Campus Xapurí	156440
10.918.674/0002-04	Campus Tarauacá	156441
10.918.674/0007-19	Campus Baixada do Sol	
Fonte: https://portal.ifac.edu.br/institucional.html		
*UG Executora Centralizada		

1. Base De Preparação Das Demonstrações e Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da IFAC, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis consolidam as contas contábeis do órgão.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

1.1 - Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual a IFAC faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Entra – OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de 5º nível 2 – Intra.

Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

1.2 - Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFAC quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

1.4 - Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>).

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários).

A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

1.5 - Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

1.6 - Demonstrativos Contábeis

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades da IFAC, por meio da análise horizontal e vertical e Inter demonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da IFAC tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da IFAC é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) transferências concedidas; (IV) empréstimos e financiamentos concedidos; (V) adiantamentos; e (VI) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados por todos os órgãos vinculados ao MEC.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias que compõe o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (I) valor justo; e (II) custo depreciado. No âmbito da IFAC, não há essa categoria de investimentos.

h) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da IFAC, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O cálculo referente à depreciação de Bens Imóveis de Uso Especial é realizada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG, em atendimento à Instrução Normativa SPU nº 1, de 02.12.2014, que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização; e à Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10.12.2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União é registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da IFAC é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da IFAC são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

k) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) riscos trabalhistas; (II) riscos fiscais; (III) riscos cíveis; (IV) repartição de créditos tributários; (V) provisões matemáticas; e (VI) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

I) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

3. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP – 1º Trimestre de 2023

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial têm-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, Parte V, 9ª Ed. 2021)

3.1 - Ativo Circulante E Não Circulante

O Ativo Circulante no primeiro trimestre do exercício de 2023 equivale a cerca de 5,29% em relação ao montante do Ativo Total, sendo composto por Caixa e Equivalentes de Caixa com 81,68%, seguidos de Demais Créditos a Curto Prazo 14,07% e Estoques 4,24% em relação ao total do Ativo Circulante, sendo a ordem apresentada por grau de liquidez. O Saldo do Ativo Não Circulante em 31/03/2023 equivale a cerca 94,71% do Ativo Total. Comparando-se ao último trimestre do exercício anterior, observa-se um aumento em cerca de 3,41%.

Quadro 01 – Ativo Composição

Ativo	31/03/2023	31/12/2022	AV*	AH*
Ativo Circulante	7.937.731,17	11.451.151,27	5,29	-30,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.483.915,52	10.189.784,53	81,68	-36,37
Demais Créditos a Curto Prazo	1.116.871,75	923.684,08	14,07	20,91
Estoques	336.943,90	337.682,66	4,24	-0,22
Ativo Não Circulante	141.978.689,71	137.302.505,59	94,71	3,41
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.557,54	1.557,54	0,00	0,00
Imobilizado	141.205.361,33	136.529.177,21	99,46	3,43
Intangível	771.770,84	771.770,84	0,54	0,00
Total do Ativo	149.916.420,88	148.753.656,86	100	0,78

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

3.2 - Caixa e Equivalente De Caixa

O grupo Caixas e equivalente de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses.

No Quadro a seguir é apresentada a composição do item Caixa e Equivalentes de Caixa, no início do exercício de 2023 em comparação ao final do exercício anterior.

Quadro 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

Detalhamento	31/03/2023	31/12/2022	AV*	AH*
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	35.134,79	35.134,79	0,54	0,00
Limite de Saque com vinculação de Pgto	529.928,35	1.750.409,46	8,17	-69,73
Limite de Saque c/ vinc. de Pgto - Ordem P	5.918.852,38	8.404.240,28	91,29	-29,57
Caixa e Equivalente de Caixa	6.483.915,52	10.189.784,53	-	-36,37

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Observa-se que 99,46% das disponibilidades do Caixa e Equivalentes de Caixa são Recursos da Conta Única do Tesouro decorrentes de transferências realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através do MEC, os demais 0,54% referem-se a cauções recebidas de empresas referente a garantia contratual.

3.3 - Estoques

No Quadro a seguir, apresenta-se a composição do Grupo Estoques, para o início do exercício de 2023 em comparação ao final do exercício anterior.

Quadro 03 - Estoques

	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)
Estoques	336.943,90	337.682,66	-0,22

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Percebe-se uma diminuição de 0,22% em relação ao fim do exercício anterior.

No Quadro abaixo demonstra-se a Composição do Grupo Estoques:

Quadro 04 – Estoques - Composição

Conta - Discriminação	31/03/2023	AV (%)
1.1.1.5.6.1.01.00 - Estoques		
07 - Gêneros de Alimentação	795,82	0,24
14 - Material Educativo e Esportivo	22.577,34	6,70
15 - Material para Festividades e Homenagens	42,54	0,01
16 - Material de Expediente	158.850,44	47,14
17 - Material de Processamento de Dados	36.600,26	10,86
19 - Material de Acondicionamento de Embalagem	10.640,46	3,16
21 - Material de Copa e Cozinha	7.125,81	2,11
22 - Material de Limpeza e Prod. De Higienização	4.735,93	1,41
23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos	33.194,55	9,85
25 - Material para Manutenção de Bens Móveis	4.070,60	1,21
26 - Material Elétrico e Eletrônico	13.689,01	4,06
28 - Material de Proteção e Segurança	36.080,75	10,71
35 - Material Laboratorial	5.953,72	1,77

36- Material Hospitalar	15,79	0,00
42 - Ferramentas	2.385,08	0,71
44 - Material de Sinalização Visual e Outros	185,80	0,06
Subtotal	336.943,90	
TOTAL	336.943,90	

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Tendo em vista a demonstração dos itens que compõe a conta Estoque, observa-se que o grupo Material de Expediente corresponde a 47,14% do total da conta, seguido de Material de Processamento de dados representando 10,86% do total, esses dois grupos são responsáveis por 58,01% do total da Conta Estoques.

Cabe salientar que após a implantação do sistema SIADS – módulo almoxarifado, o setor de Patrimônio envia mensalmente o RMA para que seja confrontado com o constante na conta de Estoques, demonstrada acima.

Destaca-se a importância de que mesmo havendo integração entre os sistemas, é necessário o acompanhamento tanto pelo setor de patrimônio quanto pelo setor de contabilidade, sendo de extrema importância a análise dos dados para acompanhamento da evolução.

3.4 - Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/03/2023, o Instituto Federal do Acre apresentou um saldo de R\$141.205.361,33 (cento e quarenta e um milhões, duzentos e cinco mil, trezentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos) relacionados ao Imobilizado. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, para o primeiro trimestre do exercício de 2023 e o fim do exercício de 2022.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	31/03/2023	31/12/2022	AH%
Bens Móveis	48.222.079,93	46.653.267,26	3,36
(+) Valor Bruto Contábil	48.222.079,93	46.653.267,26	3,36
(-) Depr./Amort./Ex Acum. de Bens Móveis	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	92.983.281,40	89.875.909,95	3,46

(+) Valor Bruto Contábil	93.002.258,68	89.894.312,95	3,46
(-) Depr./Amort./Ex Acum. de Bens Imóveis	-18.977,28	-18.403,00	3,12
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	141.205.361,33	136.529.177,21	3,43

3.4.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis do **Órgão 26425 – Instituto Federal do Acre**, em 31/03/2023, totalizavam R\$48.222.079,93 (quarenta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil, setenta e nove reais e noventa e três centavos), e conta com um aumento real de 3,36% e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 02 – Bens Móveis - Composição

	31/03/2023	31/12/2022	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.551.413,43	9.335.177,17	2,32
Bens de Informática	17.910.276,85	17.735.655,04	0,98
Móveis e Utensílios	9.992.629,59	9.673.074,99	3,30
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	4.999.599,18	4.996.199,18	0,07
Veículos	5.500.691,40	4.645.691,40	18,40
Demais Bens Móveis	267.469,48	267.469,48	0,00
Total	48.222.079,93	46.653.267,26	3,36

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Dos Bens Móveis registrados no IFAC, os subgrupos: Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas; Bens de Informática; e Móveis e Utensílios são os que mais representam a totalidade do grupo (77,67%). Em análise verifica-se uma variação positiva e significativa nos subgrupos: Veículos (18,40%); Móveis e utensílios (3,30%) e Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (2,32%).

Cabe salientar que os Bens Móveis registrados no Balanço Patrimonial não refletem com total fidedignidade a realidade do IFAC, conforme apontado mensalmente na conformidade contábil, pois não há registro de depreciação, amortização e reavaliação. Outro ponto a se considerar é a limitação sistêmica, que atualmente não gera os devidos registros, além de haver problemas desde a migração no tocante as rubricas de classificação dos itens, muito embora são realizadas análises e conferências e algumas dessas pendências já foram sanadas, ainda constam saldos a reclassificar para que a situação patrimonial do IFAC se torne fidedigna a realidade.

Encontra-se em andamento os trabalhos da comissão de inventário que estão realizando o levantamento da realidade patrimonial do IFAC, sendo que estão em trabalho de finalização. Cabe salientar que ao mesmo tempo está em fase de estudo a implantação do módulo Patrimônio do

SIADS para que possa ser realizada a migração dos dados de forma mais fidedigna possível a realidade do IFAC.

Nesta esteira frisamos a importância deste trabalho prévio para que se possa alcançar as correções necessárias, ajustes nos saldos, reavaliações necessárias até a implantação do sistema SIADS para que se possa alcançar a excelência na gestão e transparência dos dados, porém cabe destacar que o IFAC se encontra com número reduzido de servidores, sendo assim, o andamento dessas atividades demanda maior tempo que o necessário.

Assim, com a previsão do recebimento do inventário pela CCONT e em posse de relatórios que estejam o mais próximo da realidade, serão realizados os devidos ajustes contábeis com a finalidade de que seja representado o real saldo dos referidos Bens, a fim de ajustar lançamentos em rubricas genéricas ou equivocadas. Além disso, com a previsão da implantação do sistema SIADS em que será possível o cálculo da depreciação, e em continuidade ao processo de desfazimento de bens, objetiva-se a demonstração do valor real dos Bens Móveis.

3.4.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Instituto Federal do Acre em 31/03/2023 totalizavam R\$92.983.281,40 (noventa e dois milhões, novecentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta centavos) e estão distribuídos em contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição.

	31/03/2023	31/12/2022	AH(%)
Bens de Uso Especial	50.135.202,15	50.135.202,15	0,00
Bens Imóveis em Andamento	42.867.056,53	39.759.110,80	7,82
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-18.977,28	-18.403,00	3,12
Total	92.983.281,40	89.875.909,95	3,46

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 53,92% de todos os Bens Imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Instituto Federal do Acre, perfazendo o montante de R\$50.135.202,15 (cinquenta milhões, cento e trinta e cinco mil, duzentos e dois reais e quinze centavos), em 31/03/2023, a valores brutos.

Cabe salientar que os Bens registrados na conta Em Andamento devem ser analisados e alocados em sua devida classificação após findo as obras. A Contabilidade tem emitido documentos alertando para essa finalidade, porém, ainda não se teve respostas satisfatórias quanto a devida informação dos bens para o seu registro.

Em síntese, os bens de uso especiais mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso educacional e Edifícios, registrando sua totalidade nesta categoria.

3.4.2.1 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

3.5 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade deverão ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida deve ser revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Em 31/03/2023 o Órgão 26425 – Instituto Federal do Acre, apresentou um saldo de R\$771.770,84 (setecentos e setenta e um mil, setecentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos) relacionados ao Intangível, não existindo alteração com relação ao final do exercício de 2022.

No Intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida, que representa cerca de 99,88% do total do grupo, seguido do grupo Marcas, Direitos e Patentes, 0,12%. Cabe salientar

que o IFAC não realiza o *Impairment Test* em seus ativos intangíveis tendo em vista a limitação sistêmica atual do Instituto, além disso nenhum ajuste de exercício anterior fora realizado com itens do Ativo Intangível.

3.6 - Passivo Circulante, Não Circulante e Patrimônio Líquido

O Passivo Circulante no início do exercício de 2023 equivale a 36,85% do Total do Passivo e Patrimônio Líquido, se comparado ao final do exercício anterior. O saldo constante no Passivo Circulante é composto, em ordem de exigibilidade, por Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias com 12,63%, Fornecedores e Contas a Pagar 2,99%, e Demais Obrigações a Curto Prazo 84,39%.

O saldo do Passivo Não Circulante não é representativo, comparado ao montante do Passivo Total. Já o Patrimônio Líquido equivale a 63,13% do Passivo Total.

Quadro 05 – Passivo e Patrimônio Líquido – Composição

Passivo	31/03/2023	31/12/2022	AV*	AH*
Passivo Circulante	55.237.571,18	55.494.481,13	36,85	-0,46
Obrigações Trab. e Previdenciárias	6.974.781,32	7.011.727,90	12,63	-0,53
Fornecedores e Cont. a Pagar Curto Prazo	1.649.162,64	1.493.201,18	2,99	10,44
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	46.613.627,22	46.989.552,05	84,39	-0,80
Passivo Não Circulante	35.134,79	35.134,79	0,02	0,00
Obrigações Trab. e Previdenciárias a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	35.134,79	35.134,79	0,06	0,00
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	55.272.705,97	55.529.615,92	36,87	-0,46
Patrimônio Líquido	94.643.714,91	93.224.040,94	63,13	1,52
Resultado do Exercício	1.419.673,97	27.449.127,23	1,50	-94,83
Resultados de Exercícios Anteriores	93.224.040,94	65.762.964,92	98,50	41,76
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	11.948,79	0,00	-100,00
Total do Passivo	149.916.420,88	148.753.656,86	100	0,78

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

3.6.1 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/03/2023, o Instituto Federal do Acre apresentou um saldo em aberto de R\$1.649.162,64 (um milhão, seiscentos e quarenta e nove mil, cento e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) relacionados com Fornecedores e Contas a Pagar, sendo a totalidade das obrigações no curto prazo.

Na tabela a seguir, nota-se que a totalidade dos Fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos Fornecedores Nacionais representando 100% do total a ser pago, além disso percebe-se uma variação aumentativa na ordem de 10,44% em relação ao fim do exercício anterior.

Tabela 06 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)
Circulante	1.649.162,64	1.493.201,18	10,44
Nacionais	1.649.162,64	1.493.201,18	10,44
Estrangeiros			
Não Circulante	-	-	
Nacionais			
Estrangeiros			
Total	1.649.162,64	1.493.201,18	10,44

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 05 (cinco) fornecedores mais significativos e os saldos em aberto, na data base de 31/03/2023.

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	31/03/2023	AV (%)
Santos Comércio e Construção LTDA	525.086,35	31,84
Artline Ind e Com de Móveis LTDA	248.358,58	15,06
Gold Service Vigilância e Segurança LTDA	152.308,41	9,24
Gold Licitação e Cobrança LTDA	91.688,00	5,56
Garden Produtos e Serviços LTDA	89.035,95	5,40
Demais	542.685,35	32,91
Total	1.649.162,64	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.6.2 - Obrigações Contratuais

Em 31/03/2023, o Instituto Federal do Acre possuía um saldo de R\$27.710.675,34 (vinte e sete milhões, setecentos e dez mil, seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) de obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no decorrer do exercício corrente.

Cabe acrescentar que as contas de controle referentes aos saldos de contratos não refletem a realidade nos demonstrativos, pois há casos em que o contrato foi encerrado e não houve a solicitação de baixa na conta. Para solucionar, estão sendo efetuado ajustes em saldos de contratos encerrados com base nas informações recebidas do setor de Contratos.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 09 – Obrigações Contratuais – Composição.

	31/03/2023	31/12/2022	AH (%)
Aluguéis	1.162.527,62	1.366.571,22	-14,93
Fornecimento de Bens	0,00	855.000,00	-100,00
Seguros	64.603,51	65.569,58	-1,47
Serviços	26.483.544,21	25.908.785,88	2,22
Total	27.710.675,34	28.195.926,68	-1,72

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal do Acre, pois como a execução orçamentária e financeira é centralizada na UG 158156, 100% das obrigações contratuais até o fim do exercício de 2023 será de responsabilidade da Reitoria. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 08 (oito) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/03/2023.

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	31/03/2023	AV (%)
Facto Turismo LTDA	2.581.446,14	9,32
Gold Service Vigilância e Segurança LTDA	2.216.339,53	8,00
Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesq.	1.877.000,00	6,77
Fundo de Imprensa Nacional	1.679.914,80	6,06
Vivace Engenharia LTDA	1.447.021,10	5,22
Rafael Wiciuk LTDA	1.419.919,60	5,12
Garden Produtos e Serviços LTDA	922.572,38	3,33
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A.	917.337,15	3,31
Demais	14.649.124,64	52,86
Total	27.710.675,34	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.7 - Resultados Acumulados E Patrimônio Líquido

Conforme evidencia o quadro a seguir, o Patrimônio Líquido do órgão, em 31 de março de 2023, apresenta o valor de R\$94.643.714,91 (noventa e quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e catorze reais e noventa e um centavos).

Quadro 07 - Patrimônio Social e Capital Social - Composição

ESPECIFICAÇÃO	31/03/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Patrimônio Social e Capital Social	-	-		
Adiant. para Futuro Aum. de Capital (AFAC)	-	-		
Reservas de Capital	-	-		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-		
Reservas de Lucros	-	-		
Demais Reservas	-	-		
Resultados Acumulados	94.643.714,91	93.224.040,94	63,13	1,52
Resultado do Exercício	1.419.673,97	27.449.127,23	-	-94,83
Resultados de Exercícios Anteriores	93.224.040,94	65.762.964,92	-	41,76
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	11.948,79	-	-100,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.643.714,91	93.224.040,94	63,13	1,52
TOTAL DO PASSIVO E PL	149.916.420,88	148.753.656,86	100,00	0,78

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

No resultado geral do Patrimônio Líquido, observou-se um aumento de 1,52% em relação ao fim do exercício anterior.

4. Notas Explicativas à Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP – 1º Trimestre de 2023

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Por meio dela é possível verificar o resultado patrimonial do exercício que é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. (MCASP, 9ª Ed. 2021).

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial.

4.1 - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a IFAC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a IFAC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na

assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quadro 08 – Resultado Patrimonial do Exercício

Demonstração Variações Patrimoniais	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	39.024.483,60	30.401.135,69	28,37
Variações Patrimoniais Diminutivas	37.604.809,63	30.372.446,54	23,81
Resultado Patrimonial do Período	1.419.673,97	28.689,15	4848,47

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

O Instituto Federal do Acre apresentou um resultado patrimonial de R\$1.419.673,97 (um milhão, quatrocentos e dezenove mil, seiscentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos), tendo sofrido um aumento significativo de cerca de 4848,47% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

4.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas

Das Variações Patrimoniais Aumentativas, o item que mais contribuiu para o resultado positivo do período foi o de “Transferências e Delegações Recebidas”, com R\$34.312.019,49 (trinta e quatro milhões, trezentos e doze mil, dezenove reais e quarenta e nove centavos), representando 87,92% do total das VPAs, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 09 – Composição das Variações Aumentativas

Demonstração Variações Patrimoniais	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	39.024.483,60	30.401.135,69	28,37	100,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.242,72	-	100,00	0,02
VPA Aumentativas Financeiras	-	-	0,00	0,00
Transferências e Delegações recebidas	34.312.019,49	30.340.122,44	13,09	87,92
Valoriz. e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.669.272,14	28.532,55	16264,72	11,96
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	36.949,25	32.480,70	13,76	0,09

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Observa-se que do total dos valores referentes a “Transferências e Delegações Recebidas”, a sua totalidade encontra-se em “Transferência Intragovernamentais” sendo que esta representa a disponibilidade financeira recebida como contrapartida dos recursos.

Tabela 16 – Representatividade das Transferências e Delegações Recebidas

Variações Patrimoniais Aumentativas	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	AV (%)
Transferências e Delegações Recebidas	34.312.019,49	30.340.122,44	13,09	87,92
Transferências Intragovernamentais	34.268.633,47	30.340.122,44	12,95	87,81
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	43.386,02	0,00	100,00	0,00

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

4.3 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Observa-se que do Total das Variações Patrimoniais Diminutivas, o item que teve maior relevância no resultado foi, “Pessoal e Encargos”, totalizando R\$29.270.506,55 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta mil, quinhentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos), observando um aumento na despesa de 11,24% em relação ao mesmo período do exercício anterior, sendo seu impacto em 77,84% do valor total das VPD; seguido de Uso de Bens, Serv. e Consumo Capital Fixo, representando 8,71% do total das VPD, sofrendo um acréscimo de 14,98% em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme quadro abaixo:

Quadro 10 – Composição das Variações Diminutivas

Demonstração Variações Patrimoniais	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Diminutivas	37.604.809,63	30.372.446,54	23,81	100,00
Pessoal e Encargos	29.270.506,55	26.312.654,90	11,24	77,84
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	385.880,91	343.491,89	12,34	1,03
Uso de Bens, Serv. e Consumo Capital Fixo	3.275.516,03	2.848.752,76	14,98	8,71
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.394,90	0,00	100,00	0,00
Transferências e Delegações concedidas	133.794,90	59.728,92	124,00	0,36
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	4.024.090,83	317.545,00	1167,25	10,70
Tributárias	77.756,21	125.984,89	-38,28	0,21
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	435.869,30	364.288,18	19,65	1,16

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO – 1º Trimestre de 2023

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil adequado para demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo composto por um quadro principal, um quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e um Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados (MCASP, 9ª Ed. 2021). Objetivando facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao BO, bem como as informações relacionadas aos Restos a Pagar.

5.1 - Receitas

Em 31/03/2023, o Balanço Orçamentário do Instituto Federal do Acre apresentou receitas realizadas no valor de R\$16.741,78 (dezesesseis mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta e oito centavos).

Importante salientar que o déficit apresentado na tabela abaixo, no valor de R\$93.214.947,22 (noventa e três milhões, duzentos e catorze mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e dois centavos) se deu em virtude de o Balanço Orçamentário somente contemplar as receitas diretamente arrecadadas pela própria instituição, excluindo-se as transferências recebidas da União e de outros órgãos. Tais transferências constituem a maior parte das receitas do IFAC.

Tabela 17 – Receitas e Despesas por Categoria econômica

Categoria econômica	Previsão / Fixação	Previsão / Dotação Atualizada	Realização / Execução	Real/Exec (%)	AV (%)
Receitas Correntes	962.401,00	962.401,00	16.741,78	1,74	100,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas	962.401,00	962.401,00	16.741,78	1,74	100
Despesas Correntes	138.087.183,00	138.087.183,00	93.166.534,81	67,47	99,93
Despesas de Capital	5.799.821,00	5.799.821,00	65.154,19	1,12	0,07
Total das Despesas	143.887.004,00	143.887.004,00	93.231.689,00	64,80	100
Déficit	-	-	93.214.947,22	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

O superávit/déficit é apurado confrontando as receitas com as despesas apresentadas no Balanço. Como a maior parte das receitas não está contemplada no balanço, surge o déficit.

Ressalta-se que, segundo a 9ª edição do MCASP, este fato não representa irregularidade, haja vista que o balanço da IFAC compõe o BGU que, consolidado, se apresentará em perfeito equilíbrio. Em relação ao total das receitas previstas, constata-se que elas são compostas somente por receitas correntes.

5.2 – Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

No quadro abaixo estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

Pelos dados do quadro, o grupo de Despesa Corrente, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais, teve uma evolução comparando-se os exercícios de 2023 e 2022, apresentando um acréscimo de 5,28%. Analisando o total das Despesas Empenhadas em relação ao total da Dotação Atualizada, foram executadas até o primeiro trimestre do exercício de 2023, 64,80%. Já das Despesas Correntes, o total executado foi de 67,47% e das Despesas de Capital foi de 1,12%.

No que diz respeito à composição das despesas, é importante mencionar que dos R\$143.887.004,00 (cento e quarenta e três milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quatro reais) de despesas estimadas para o período, 95,97% referem-se a despesas correntes e apenas 4,03% referem-se às despesas de Capital. Em relação à estimativa das despesas correntes, R\$109.456.294,00 (cento e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e quatro reais) se referem a despesas com Pessoal e Encargos Sociais (79,27%) e R\$28.630.889,00 (vinte e oito milhões, seiscentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e nove reais) se referem a Outras Despesas Correntes (20,73%).

Nota-se que grande parte do total das despesas correntes empenhadas (88,28%) foi para cobrir despesas com remuneração de servidores e os respectivos tributos incidentes sobre a Folha de Pagamento do primeiro trimestre de 2023. O restante, é referente a empenhos de Despesas com custeio das atividades da Instituição (11,72%).

Quadro 11 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição

GRUPO DESPESA	mar/23		mar/22		AH (%) (DOT)	AV (%) 2023 EMP/DOT
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
1 – Pessoal e Encargos Sociais	109.456.294,00	82.244.479,59	103.963.373,00	57.099.516,37	5,28	75,14
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	28.630.889,00	10.922.055,22	27.190.253,00	7.138.712,24	5,30	38,15
Subtotal Despesas Correntes	138.087.183,00	93.166.534,81	131.153.626,00	64.238.228,61	5,29	67,47
4 - Investimentos	5.799.821,00	65.154,19	1.521.155,00	35.755,96	281,28	1,12
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização Dívida	-	-	-	-	-	-
Subtotal Despesa de Capital	5.799.821,00	65.154,19	1.521.155,00	35.755,96	281,28	1,12
9 - Reserva Contingência	-	-	-	-	-	-
TOTAL	143.887.004,00	93.231.689,00	132.674.781,00	64.273.984,57	8,45	64,80

5.3 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

O saldo dos Restos a Pagar Não Processados inscritos no Instituto Federal do Acre, órgão 26425, foi de R\$14.987.983,38 (catorze milhões, novecentos e oitenta e sete mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos) sendo que desse valor 49,40% referem-se a Despesas Correntes, subgrupo Outras Despesas Correntes, e 50,60% a Despesas de Capital, subgrupo Investimentos.

Quadro 12 – Restos a Pagar Não Processados inscritos: Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	1	2	3	4	5	Saldo	AV (%)
	RPNP (Inscritos + Reinscritos)	RPNP Cancelados	RPNP (Inscritos – Cancelados)	RPNP Liquidados	RPNP Pagos		
Despesas Correntes	7.404.292,63	24.942,75	7.379.349,88	1.825.972,55	1.661.438,82	5.717.911,06	49,40
Outras Despesas Correntes	7.404.292,63	24.942,75	7.379.349,88	1.825.972,55	1.661.438,82	5.717.911,06	49,40
Despesas de Capital	7.583.690,75	-	7.583.690,75	4.568.218,19	3.814.768,09	3.768.922,66	50,60
Investimentos	7.583.690,75	-	7.583.690,75	4.568.218,19	3.814.768,09	3.768.922,66	50,60
TOTAL	14.987.983,38	24.942,75	14.963.040,63	6.394.190,74	5.476.206,91	9.486.833,72	100,00

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Em relação aos Restos a pagar processados e RPNP Liquidados observa-se que 95,71% do total constante no quadro encontra-se pago, restando ainda um saldo total de R\$430.595,55 (quatrocentos e trinta mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), o que representa 4,28% do total inicialmente inscrito.

Quadro 13 - Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercício Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	55.866,90	9.468.024,83	9.369.162,13	2,44	154.727,16
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.703.584,18	7.693.636,76	-	9.947,42
Outras Despesas Correntes	55.866,90	1.764.440,65	1.675.525,37	2,44	144.779,74
DESPESAS DE CAPITAL	275.868,50	246.873,33	246.873,33	-	275.868,50
Investimentos	275.868,50	246.873,33	246.873,33	-	275.868,50
TOTAL	331.735,40	9.714.898,16	9.616.035,46	2,44	430.595,66

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6. Notas Explicativas Ao Balanço Financeiro – BF – 1º Trimestre de 2023

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. A seguir apresentam-se os ingressos e os dispêndios financeiros ocorridos na data base de 31/03/2023.

6.1 - Ingressos financeiros

Em 31/03/2023, o Balanço Financeiro do Instituto Federal do Acre apresentou saldo de R\$115.006.719,85 (cento e quinze milhões, seis mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos) nos Ingressos Financeiros, apresentando um aumento em cerca de 40,26% em relação ao mesmo período de 2022. O grupo que apresentou um aumento mais acentuado foram as Receitas Orçamentárias (185,08%).

O principal grupo constituinte do saldo dos Ingressos Financeiros é o grupo Recebimentos Extra Orçamentários, que corresponde a 61,33% de todas as entradas financeiras.

Quadro 14 – Ingressos - Composição

Ingressos	31/03/2023	31/03/2022	AH*
Receitas Orçamentárias	16.741,78	5.872,58	185,08
Transferências Financeiras Recebidas	34.268.633,47	30.340.122,44	12,95
Recebimentos Extra Orçamentários	70.531.560,07	42.491.614,39	65,99
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalente de Caixa	10.189.784,53	9.159.612,84	11,25
TOTAL	115.006.719,85	81.997.222,25	40,26

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.2 - Dispêndios

Os Dispêndios Financeiros são constituídos, essencialmente, pelas Despesas Orçamentárias. No período analisado, dos R\$115.006.719,85 (cento e quinze milhões, seis mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos) de Dispêndios Financeiros, 81,06%, se referem às Despesas Orçamentárias que apresentou um acréscimo de 45,05% se comparado ao mesmo período do exercício anterior, em termos percentuais.

Quadro 15 – Dispêndios - Composição

Dispêndios	31/03/2023	31/03/2022	AH*
Despesas Orçamentárias	93.231.689,00	64.273.984,57	45,05
Transferências Financeiras Concedidas	131.079,90	31.050,02	322,16
Pagamentos Extraorçamentários	15.160.035,43	10.293.344,63	47,28
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalente de Caixa	6.483.915,52	7.398.843,03	-12,37
TOTAL	115.006.719,85	81.997.222,25	40,26

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.3 Resultado Financeiro

Observa-se que em relação ao mesmo período do exercício anterior houve um aumento no resultado financeiro, apresentando o valor de R\$3.705.869,01 (três milhões, setecentos e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais e um centavo). Para o Cálculo do Resultado existem duas metodologias de cálculos, que serão apresentadas a seguir.

Na metodologia 1, o resultado financeiro é obtido pela dedução dos dispêndios do total dos ingressos, não se computando o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tanto do lado dos ingressos quanto do lado dos dispêndios.

Quadro 16 – Resultado Financeiro – Metodologia 01

Ingressos	31/03/2023	31/03/2022
Receitas Orçamentárias	16.741,78	5.872,58
Transferências Financeiras Recebidas	34.268.633,47	30.340.122,44
Recebimentos Extra orçamentários	70.531.560,07	42.491.614,39
Dispêndios	31/03/2023	31/03/2022
Despesas Orçamentárias	93.231.689,00	64.273.984,57
Transferências Financeiras Concedidas	131.079,90	31.050,02
Despesas Extra Orçamentárias	15.160.035,43	10.293.344,63
(=)Resultado Financeiro	- 3.705.869,01	- 1.760.769,81

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Na metodologia 2, o Resultado Financeiro é o resultado entre o Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa e o Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa.

Quadro 17 – Resultado Financeiro – Metodologia 02

Dispêndios	31/03/2023	31/03/2022
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	6.483.915,52	7.398.843,03
Ingressos	31/03/2023	31/03/2022
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	10.189.784,53	9.159.612,84
(=)Resultado Financeiro	- 3.705.869,01	- 1.760.769,81

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7. Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC – 1º Trimestre de 2023

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. (MCASP, 9ª Ed. 2021).

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro - BF.

Portanto, em 31 de março de 2023, a geração líquida de caixa foi negativa em R\$3.705.869,01 (três milhões, setecentos e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais e um centavo), apresentando um aumento em relação ao mesmo período do exercício de 2022, que apresentou resultado negativo, em cerca de 110,47% conforme quadro abaixo:

Tabela 20 – Resultado Financeiro

Resultado Financeiro BF x DFC	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e Equivalente de Caixa Final (Ex. Seguinte)	6.483.915,52	7.398.843,03
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Ex. Anterior)	10.189.784,53	9.159.612,84
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-3.705.869,01	-1.760.769,81

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.1 - Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

7.1.1 - Ingressos

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extraorçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

Nos ingressos vale comentar sobre o item Transferências Financeiras Recebidas que corresponde a R\$34.362.876,72 (trinta e quatro milhões, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos), ou seja, 99,68% do total de ingressos, ressaltando às resultantes da Execução Orçamentária compostas em sua maioria pela rubrica repasse, sendo esse o item mais relevante dos ingressos e representando a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA.

Tabela 21 – Atividades Operacionais - Composição dos principais Ingressos

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)
INGRESSOS	34.379.618,50	30.548.283,17	12,54
Receita Patrimonial	6.242,72	0,00	100,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	10.499,06	5.872,58	78,78
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes Recebidas	0,00	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. Recebidas	0,00	0,00	0,00
Outros Ingressos das Operações	34.362.876,72	30.542.410,59	12,51
Ingressos Extraorçamentários	67.793,06	175.680,03	-61,41
Transferências Financeiras Recebidas	34.268.633,47	30.340.122,44	12,95
Arrecadação de Outra Unidade	26.450,19	26.608,12	-0,59

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.1.2 - Desembolsos

Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo 12, e não por elemento de despesa (categoria de gasto) conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério do Planejamento.

Em 31 de março de 2023, os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos Operacionais), totalizaram - R\$34.023.846,09 (trinta e quatro milhões, vinte e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais e nove centavos), tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de - R\$29.225.566,26 (vinte e nove milhões, duzentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos), representando 85,89% do total; seguido de Transferências Concedidas - Intragovernamentais, com R\$4.278.054,06 (quatro milhões, duzentos e setenta e oito mil, cinquenta e quatro reais e seis centavos), representando 12,57% do total dos desembolsos.

Tabela 22 – Atividades Operacionais - Composição dos principais Desembolsos

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)
DESEMBOLSOS	-34.023.846,09	-31.441.227,67	8,21
Pessoal e Demais Despesas	-29.546.919,07	-27.218.884,74	8,55
Previdência Social	-220.614,11	-171.243,90	28,83
Educação	-29.225.566,26	-27.035.645,84	8,10
Direitos da Cidadania	-6.956,20	-11.995,00	-42,01
Agricultura	-21.500,00	0,00	-
Organização Agrária	-36.100,00	0,00	-
Desporto e Lazer	-36.182,50	0,00	-
Transferências Concedidas	-4.278.054,06	-4.006.444,54	6,78
Intragovernamentais	-4.273.839,06	-3.977.765,64	7,44
Outras Transf. Concedidas	-4.215,00	-28.678,90	-85,30
Outros Desembolsos das Operações	-198.872,96	-215.898,39	-7,89
Dispêndios Extraorçamentários	-67.793,06	-184.848,37	-63,33
Transferências Financeiras Concedidas	-131.079,90	-31.050,02	322,16

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.2 - Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Tabela 23 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	31/03/2023	31/03/2022	AH (%)
	-4.061.641,42	-867.825,31	368,03
INGRESSOS	-	-	0,00
DESEMBOLSOS	-4.061.641,42	-867.825,31	368,03
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.061.641,42	-832.069,35	388,14
Outros Desembolsos de Investimentos	0,00	-35.755,96	-100,00

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

8. Conclusão

A estrutura conceitual estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais NBCs TSP.

O principal objetivo da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, não obter lucros e gerar retornos financeiros para os acionistas. Por esse motivo, o desempenho dessas entidades só pode ser avaliado parcialmente através da análise do status patrimonial, desempenho e fluxo de caixa.

Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações.

O objetivo das demonstrações financeiras de entidades do setor público é fornecer informações contábeis sobre a entidade que reporta as informações, e o objetivo é direcionar os usuários para a prestação de contas e tomada de decisão.

Aproveitamos o ensejo para informar que todas as informações relativas à Contabilidade estão disponíveis nos portais da IFAC para apreciação de qualquer cidadão que deseja exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização.

A equipe CCONT/DIRCF está à disposição da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão dos resultados alcançados no exercício de 2022.

Rio Branco, 28 de abril de 2023.

Andreza Araújo do Nascimento Melo

Contadora
Coordenação de Contabilidade

Greiciane Coelho Camargo

Coordenadora de Contabilidade
Diretoria de Contabilidade e Finanças

9. Anexos

9.1 – Balanço Patrimonial – 2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 24/04/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	7.937.731,17	11.451.151,27	PASSIVO CIRCULANTE	55.237.571,18	55.494.481,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.483.915,52	10.189.784,53	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6.974.781,32	7.011.727,90
Créditos a Curto Prazo	1.116.871,75	923.684,08	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.116.871,75	923.684,08	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.649.162,64	1.493.201,18
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	336.943,90	337.682,66	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDe Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	46.613.627,22	46.989.552,85
ATIVO NÃO CIRCULANTE	141.978.689,71	137.302.505,59	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	35.134,79	35.134,79
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.557,54	1.557,54	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1,557,54	1,557,54	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1,557,54	1,557,54	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	35.134,79	35.134,79
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	55.272.705,97	55.529.615,92
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	-	-
Imobilizado	141.205.361,33	136.529.177,21	Resultados Acumulados	94.643.714,91	93.224.040,94
Bens Móveis	48.222.079,93	46.653.267,26	Resultado do Exercício	1.419.673,97	27.449.127,23
Bens Móveis	48.222.079,93	46.653.267,26	Resultados de Exercícios Anteriores	93.224.040,94	65.762.964,92
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.643.714,91	93.224.040,94
Bens Imóveis	92.983.281,40	89.875.909,95			
Bens Imóveis	93.002.256,68	89.894.312,95			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-18.977,28	-18.403,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	771.770,84	771.770,84			
Softwares	770.862,84	770.862,84			
Softwares	770.862,84	770.862,84			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	908,00	908,00			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 24/04/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	906,00	906,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	149.916.420,88	148.753.656,86	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	149.916.420,88	148.753.656,86

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	6.483.915,52	16.189.784,53	PASSIVO FINANCEIRO	80.391.083,20	25.070.953,94
ATIVO PERMANENTE	143.432.505,36	138.563.872,33	PASSIVO PERMANENTE	47.096.088,03	45.446.645,36
			SALDO PATRIMONIAL	22.429.249,65	78.236.057,56

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	21.944.314,82	23.712.686,26	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	27.989.593,26	28.394.844,60
Atos Potenciais Ativos	21.944.314,82	23.712.686,26	Atos Potenciais Passivos	27.989.593,26	28.394.844,60
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.762.763,08	2.661.215,83	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	19.126.422,34	20.996.341,03	Obrigações Conventadas e Outros Instrumentos C	198.917,92	198.917,92
Direitos Contratuais	55.129,40	55.129,40	Obrigações Contratuais	27.710.675,34	28.195.926,68
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	21.944.314,82	23.712.686,26	TOTAL	27.989.593,26	28.394.844,60

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-70.616.693,46
Recursos Vinculados	-3.290.474,22
Educação	-2.985.607,20
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-439.101,37
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-88.355,90
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	183.738,25
Outros Recursos Vinculados	-1.148,00
TOTAL	-73.987.167,68

9.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – 2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 25/04/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	39.024.483,60	30.481.135,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.242,72	
Venda de Mercadorias		
Venda de Produtos		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	6.242,72	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		
Aportes do Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas	34.312.019,49	30.340.122,44
Transferências Intragovernamentais	34.268.633,47	30.340.122,44
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	43.386,02	
Valorização e Ganhos cf Ativos e Desincorporação de Passivos	4.669.272,14	28.532,55
Reavaliação de Ativos		
Ganhos com Aterração		
Ganhos com Incorporação de Ativos		
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.669.272,14	28.532,55
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	36.949,25	32.488,70
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2023	PERIODO MAR (Fechado)
EMISSAO 25/04/2023	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	36.949,25	32.480,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	37.604.809,63	30.372.446,54
Pessoal e Encargos	29.270.506,55	26.312.654,90
Remuneração a Pessoal	23.611.139,69	21.062.914,53
Encargos Patronais	4.332.416,25	4.052.467,99
Benefícios a Pessoal	1.326.950,61	1.197.272,38
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	385.680,91	343.491,89
Aposentadorias e Reformas	178.670,28	133.447,75
Penções	59.880,48	56.528,31
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	147.130,15	153.515,83
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.275.516,63	2.848.752,76
Uso de Material de Consumo	45.502,38	94.497,01
Serviços	3.229.439,37	2.752.132,98
Depreciação, Amortização e Exaustão	574,28	2.122,79
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.394,90	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.394,90	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	133.794,90	59.728,92
Transferências Intragovernamentais	131.079,90	31.050,02
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	2.715,00	28.678,90
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.024.090,83	317.545,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes pf Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	4.024.090,83	317.545,00
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO MAR (Fechado)
-------------------	--------------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMISSÃO 25/04/2023	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Tributárias	77.756,21	125.984,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.926,80	117.506,22
Contribuições	16.829,41	8.478,67
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	435.669,30	364.288,18
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações de Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	429.120,00	364.288,18
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.749,30	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.419.673,97	28.689,15

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022

9.3 – Balanço Orçamentário – 2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26500 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	MAR (Fechado)
EMISSÃO	27/04/2023	PÁGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	362.401,00	362.401,00	16.741,78	-945.659,22
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	6.242,72	6.242,72
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	6.242,72	6.242,72
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	360.860,00	360.860,00	-	-960.860,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	360.860,00	360.860,00	-	-960.860,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.541,00	1.541,00	10.499,06	8.958,06
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.541,00	1.541,00	7.499,06	5.958,06
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	3.000,00	3.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26200 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	MAR (Fechado)
EMISSÃO	27/04/2023	PÁGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	962.401,00	962.401,00	16.741,78	-945.659,22
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	962.401,00	962.401,00	16.741,78	-945.659,22
DEFICIT	-	-	93.214.947,22	93.214.947,22
TOTAL	962.401,00	962.401,00	93.231.689,00	92.269.288,00
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	138.087.183,00	138.087.183,00	93.166.534,81	29.520.919,44	22.794.372,18	44.920.648,19
Pessoal e Encargos Sociais	109.456.294,00	109.456.294,00	82.244.479,59	26.080.872,83	20.654.574,19	27.211.814,41
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	28.630.889,00	28.630.889,00	10.922.055,22	3.440.046,61	2.139.797,99	17.708.833,78
DESPESAS DE CAPITAL	5.799.821,00	5.799.821,00	65.154,19	65.154,19	-	5.734.666,81
Investimentos	5.799.821,00	5.799.821,00	65.154,19	65.154,19	-	5.734.666,81
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	143.887.004,00	143.887.004,00	93.231.689,00	29.586.073,63	22.794.372,18	50.655.315,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	143.887.004,00	143.887.004,00	93.231.689,00	29.586.073,63	22.794.372,18	50.655.315,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 27/04/2023	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	143.887.084,00	143.887.084,00	93.231.889,00	29.586.073,63	22.794.372,18	50.655.315,90

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	523.504,49	6.880.788,14	1.825.972,55	1.661.438,82	24.942,75	5.717.911,86
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	523.504,49	6.880.788,14	1.825.972,55	1.661.438,82	24.942,75	5.717.911,86
DESPESAS DE CAPITAL	1.686.891,32	5.896.999,43	4.568.218,19	3.814.768,09	-	3.768.922,66
Investimentos	1.686.891,32	5.896.999,43	4.568.218,19	3.814.768,09	-	3.768.922,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.210.395,81	12.777.787,57	6.394.190,74	5.476.206,91	24.942,75	9.486.833,72

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	55.866,90	9.468.024,83	9.369.162,13	2,44	154.727,16
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.703.584,18	7.693.636,76	-	9.947,42
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	55.866,90	1.764.440,65	1.675.525,37	2,44	144.779,74
DESPESAS DE CAPITAL	275.868,50	246.873,33	246.873,33	-	275.868,50
Investimentos	275.868,50	246.873,33	246.873,33	-	275.868,50
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	331.735,40	9.714.898,16	9.616.035,46	2,44	430.595,66

9.4 – Balanço Financeiro – 2023




MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	MAR (Fechado)
EMISSÃO	27/04/2023	PÁGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	16.741,78	5.872,58	Despesas Orçamentárias	93.231.689,00	64.273.984,57
Ordinárias	-	-	Ordinárias	92.558.484,89	63.966.190,30
Vinculadas	16.741,78	5.872,58	Vinculadas	673.204,11	307.794,27
Educação	3.000,00	4.441,90	Seguridade Social (Exceto Previdência)	673.204,11	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	307.794,27
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	13.741,78	1.430,68			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	34.268.633,47	38.340.122,44	Transferências Financeiras Concedidas	131.079,90	31.050,02
Resultantes da Execução Orçamentária	28.423.827,80	27.562.350,34	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	28.423.827,80	27.562.350,34	Independentes da Execução Orçamentária	131.079,90	31.050,02
Independentes da Execução Orçamentária	5.844.805,67	2.777.772,10	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	101.629,71	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.499.441,53	2.649.736,04	Movimento de Saldos Patrimoniais	29.450,19	31.050,02
Movimentação de Saldos Patrimoniais	345.364,14	128.036,06	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	79.531.560,07	42.491.614,39	Pagamentos Extraorçamentários	15.160.035,43	10.293.344,63
Inscrição dos Reatos a Pagar Processados	6.791.701,45	5.905.301,37	Pagamento dos Reatos a Pagar Processados	9.616.035,46	7.793.742,97
Inscrição dos Reatos a Pagar Não Processados	63.645.615,37	36.384.024,87	Pagamento dos Reatos a Pagar Não Processados	5.476.206,91	2.314.753,29
Depósitos Realizáveis e Valores Vinculados	67.793,06	175.680,03	Depósitos Realizáveis e Valores Vinculados	67.793,06	184.848,37
Outros Recebimentos Extraorçamentários	26.450,19	26.606,12	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	26.450,19	26.606,12			
Saldo do Exercício Anterior	10.189.784,53	9.159.612,84	Saldo para o Exercício Seguinte	6.483.915,52	7.396.843,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.189.784,53	9.159.612,84	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.483.915,52	7.396.843,03
TOTAL	115.006.719,85	81.997.222,25	TOTAL	115.006.719,85	81.997.222,25

9.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2023

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL		EXERCÍCIO	PERÍODO
		2023	MAR (Fechado)
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO	PÁGINA
SUBTÍTULO	28425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA	27042023	1
ORGAO SUPERIOR	26500 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	355.772,41	-892.944,50
INGRESSOS	34.379.618,50	30.548.283,17
Reculta Tributária	-	-
Reculta de Contribuições	-	-
Reculta Patrimonial	6.242,72	-
Reculta Agropecuária	-	-
Reculta Industrial	-	-
Reculta de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Recultas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	10.499,86	5.872,58
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municipios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	34.362.876,72	30.542.410,59
Ingressos Extraorçamentários	67.793,06	175.680,03
Transferências Financeiras Recebidas	34.268.633,47	30.340.122,44
Arrecadação de Outra Unidade	26.450,19	26.608,12
DESEMBOLSOS	-34.023.846,89	-31.441.227,67
Pessoal e Demais Despesas	-29.546.919,67	-27.218.884,74
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-220.614,11	-171.243,90
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-29.225.566,28	-27.035.645,84
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-8.956,20	-11.995,00
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-21.500,00	-
Organização Agrária	-36.100,00	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2023

PERÍODO
MAR (Fechado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
27/04/2023

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-36.182,50	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordena Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-4.278.054,06	-4.006.444,54
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-4.273.839,06	-3.977.785,64
Outras Transferências Concedidas	-4.215,00	-28.678,90
Outros Desembolsos Operacionais	-198.872,96	-215.898,39
Despesas Extrajornamentais	-87.793,06	-184.848,37
Transferências Financeiras Concedidas	-131.079,90	-31.050,02
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.061.641,42	-867.825,31
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.061.641,42	-867.825,31
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.061.641,42	-832.069,35
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-35.755,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.785.869,01	-1.760.789,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.189.784,53	9.159.612,84
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.483.915,52	7.398.843,03